

PORTOCRED S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas e Administradores: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2017. A Portocred S.A. Crédito, Financiamento e Investimento é uma Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, especializada em soluções de crédito para o segmento de varejo de pessoas físicas. A Instituição mantém esforços contínuos na consolidação e aprimoramento das suas estruturas de administração, adequando permanentemente suas ações às políticas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do negócio. Em especial, é cada vez maior o investimento realizado na estruturação da gestão de risco, agregando componentes de inteligência e tecnológicos com o claro propósito de proporcionar condições de alcance dos objetivos estratégicos da instituição. A administração da Instituição entende que apesar do momento econômico que inspira cuidados adicionais na condução do negócio, ainda assim há espaço para explorar oportunidades através de acordos operacionais com diversos parceiros comerciais e essa foi efetivamente a estratégia colocada em prática. A Instituição demonstra nível satisfatório de eficiência na execução de sua estratégia, consolidando melhoria recorrente de seus resultados operacionais. Diante do cenário econômico, a interpretação a respeito da situação mercadológica é de que as dificuldades para a retomada do crescimento têm se apresentado de forma resiliente e a Instituição mantém-se atenta a esses movimentos, principalmente no que diz respeito aos indicadores de retração na economia. No entanto, mantendo firme propósito de realização do planejamento estratégico, baseado na identificação de oportunidades, novamente obtivemos expansão na geração de carteira de negócios, ao término do primeiro semestre de 2017, no ordem de 25% em relação ao mesmo período no ano de 2016. Com política e controle efetivo de custos, a Instituição vem buscando a cada período de atualização melhores índices de eficiência. A Instituição também se beneficiou dos resultados consolidados de uma política de crédito e cobrança mais assertiva, a qual permitiu o controle de sua inadimplência, mesmo com o crescimento de suas carteiras. É importante salientar também que a Instituição fortaleceu cada vez mais sua política de controle de riscos de mercado e de liquidez, utilizando estratégias que mantêm em forma adequada o equilíbrio das composições de ativos e passivos da mesma, no que tange aos prazos e taxas operacionais praticados, bem como em relação à não exposição à volatilidade de taxas de mercado. Mantém política que determina os volumes mínimos de liquidez estratégica obrigatórios, com premissas baseadas em relação percentual entre nível de liquidez mínima e o passivo da Instituição. A liquidez estratégica está alocada em títulos da Dívida Soberana e aplicações diárias no mercado interbancário. A Portocred vem cada vez mais investindo no desenvolvimento de boas práticas de Governança Corporativa, fortalecendo a excelência da gestão, objetivando tornar o ambiente institucional e organizacional mais transparente, responsável, com pilares de atuação sólidos e acima de tudo, com princípios de justiça consolidados. O Índice de Basileia encerrou o semestre com 13,70%, com alcance do objetivo previsto de geração de margem positiva em seus limites operacionais, mantendo-o adequado ao máximo aproveitamento das oportunidades classificadas como rentáveis e permitindo alavancagem controlada na geração de ativos. Os resultados positivos permitiram à Instituição uma elevação constante do patrimônio líquido, no ordem de 42% sobre o mesmo período do ano anterior. O retorno sobre o patrimônio para o período foi de 15%. A Portocred agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução dos negócios e permanece ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 – (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nota, 2017, 2016, PASSIVO, Nota, 2017, 2016. Rows include Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações interfinanceiras de liquidez, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nota, 2017, 2016. Rows include Receitas de intermediação financeira, Operações de crédito, Resultado de operações com títulos, etc.

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nota, 2017, 2016. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, etc.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 – (Em milhares de reais - R\$)

Table with columns: Nota, Capital social, Aumento de capital, Reserva de lucros acumulados, Lucros acumulados, Total. Rows include Saldos em 1º de Janeiro de 2016, Aumento de capital, Saldos em 30 de Junho de 2016, etc.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 – (Em milhares de reais-R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Portocred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), com sede na Rua dos Andradas, 1.001, conjunto 1.401, Centro, Porto Alegre - RS, tem como foco o segmento de mercado de crédito a pessoas físicas, com ênfase em crédito pessoal. Seu portfólio de produtos de crédito inclui o Crédito Direto ao Consumidor - CDC, crédito consignado e financiamento de veículos (motocicletas). A Instituição utiliza recursos próprios e de terceiros, especialmente Letras de Câmbio - LC e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs.

excoeto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas: é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes: avaliados como de perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

f) Créditos transferidos por cessões: A Instituição não efetuou cessão de crédito durante o semestre findo em 30 de junho de 2017. No semestre findo em 30 de junho de 2016, realizou cessão de créditos já vencidos, sem cobranças, ou seja, com transferência substancial dos riscos e benefícios, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R\$40, cujos saldos contábeis totalizavam R\$1.014, naquela data, gerando uma despesa de R\$921, registrada na rubrica "Resultado da venda de ativo financeiro", e uma reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.014, registrados no resultado do semestre.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo BACEN. Em 29 de agosto de 2017, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgação a partir desta data.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA Disponibilidades:

Small table showing Caixa and Depósitos em conta corrente for 2017 and 2016.

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS: Referem-se a remuneração de correspondentes com a contratação de operações de crédito. Em 30 de junho de 2017 o saldo está aberto como segue:

Small table showing Circulante and Não Circulante for 2017 and 2016.

Adoção às normas internacionais de contabilidade: A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos técnicos já aprovados pelo BACEN são os seguintes:

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ Aplicações no mercado aberto:

Small table showing Receitas e despesas para 2017 and 2016.

10. IMOBILIZADO DE USO Taxas de depreciação:

Small table showing Custo histórico and Depreciação acumulada for 2017 and 2016.

Resolução CMN nº 3.273/11 - Evento subsequente (CPC 24).

Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento de Ações (CPC 10 (R1)).

Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Consolidação Básico (R1) emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN.

Resolução CMN nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 (R1)), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016.

Novas práticas emitidas e ainda não adotadas:

Resolução nº 4.524/16 - procedimentos técnicos relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e às operações de "hedge" de variação cambial de investimentos no exterior (CPC 02 (R2)).

Resolução nº 4.534/16 - critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e sobre o ativo diferido (CPC 04 (R1)).

Resolução nº 4.535/16 - critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso (CPC 27) - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Tendo em vista que a Instituição não possui operações em moeda estrangeira a Resolução 4.524/16 não tem efeito contábil. Para as demais resoluções citadas acima, Resoluções 4.534/16 e 4.535/16, a Instituição está adotando os procedimentos necessários para o enquadramento no segundo semestre de 2017, a Administração concluiu que possíveis impactos destas Resoluções nas demonstrações financeiras do presente findo em 30 de junho de 2017, não são relevantes. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos técnicos do CPC serão aprovados pelo BACEN.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apreciação do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dia de natureza financeira, as quais são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

b) Caixa e equivalentes de caixa: São apresentados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos em conta corrente com resgate imediato e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários: Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários detidos pela Instituição foram avaliados e classificados da seguinte forma: "Títulos mantidos até o vencimento": a Administração tem a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: A composição da carteira de títulos e valores mobiliários e a comparação com o valor de mercado é como segue:

Small table showing Custo atualizado and Valor de mercado for 2017 and 2016.

Carteira própria:

Small table showing Títulos mantidos até o vencimento, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Vinculados ao BC - TPF, etc.

O valor de mercado foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociação ativa são apurados com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As Letras Financeiras do Tesouro - LFT possuem vencimento em 7 de setembro de 2017 e, por esse motivo, estão classificadas no ativo circulante. Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/02, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO: As informações da carteira são assim sumarizadas:

Small table showing Diversificação da carteira por produto, Empréstimos e Financiamentos.

8. DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEL DE RISCO

Small table showing Saldo da carteira, Provisão, and % for 2017 and 2016.

Saldo inicial:

Small table showing Saldo inicial and Reversão decorrente de cessão de crédito.

Saldo final:

Small table showing Saldo final and Reversão decorrente de cessão de crédito.

Em 30 de junho de 2017, foram recuperados créditos lançados anteriormente a prejuízo no montante de R\$5.518 (R\$3.696 em 2016), e lançados no resultado de intermediação financeira e renegociados créditos no montante de R\$26.254 (R\$16.809 em 2016).

11. DEPÓSITOS A PRAZO: Os títulos de depósitos a prazo - Recebíveis de Depósitos Bancários - RDBs e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGEs - são fixados com clientes da Instituição nas modalidades de encargos pré e pós-fixados e estão assim distribuídos em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente:

Small table showing Até 3 meses, De 3 a 12 meses, Total.

Não circulante:

Small table showing De 1 ano a 3 anos, De 3 a 5 anos, Total geral.

Em 30 de junho de 2017, o prazo médio no momento da emissão dos depósitos a prazo (RDB-DPGE a resgatar) era de 750 dias (679 dias em 2016), emitidos em faixa de remuneração que oscila entre 105% e 116% do CDI - CETIP.

12. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS: Os títulos de aceites cambiais estão assim distribuídos, em virtude de seu vencimento, considerados pelo seu valor presente:

Small table showing Até 3 meses, De 3 a 12 meses, Total.

Não circulante:

Small table showing De 1 ano a 3 anos, De 3 a 5 anos, Total geral.

Em 30 de junho de 2017, o prazo médio no momento da emissão dos depósitos a prazo (RDB-DPGE a resgatar) era de 750 dias (679 dias em 2016), emitidos em faixa de remuneração que oscila entre 105% e 116% do CDI - CETIP.

